

NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FENASPS ALINHAVA DISCUSSÃO DA PAUTA GERAL DA CATEGORIA



Data: quarta-feira, 17 de julho de 2019

Local: sala de reuniões da Deret/SGP/Ministério da Economia, em Brasília

Participantes:

FENASPS: Ailton Marques (SP), Carlos Roberto (DF), Cleuza Faustino (MG), Deise Nascimento (SP), Djalter Rodrigues (RN), Magali Pontes (SP) e Pedro Jorge (RJ).

Sindprevs/RN: Fátima Caldas, diretora, e Karinna Coeli, advogada.

Ministério da Economia

Cleber Izzo, diretor do Departamento de Relações do Trabalho no Serviço Público (Deret/SGP); José Borges Filho, coordenador-geral de Negociação Sindical no Serviço Público (CGNSP/Deret); Fremy de Souza e Silva, coordenador-Geral de Estudos Normativos das Relações de Trabalho; e Luísa Drummond (SGP).

Nesta quarta-feira, 17, a Fenasps foi recebida em audiência no Departamento de Relações de Trabalho no Serviço Público (Deret), vinculado à Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia (SGP/ME), para tratar de pontos gerais da pauta de reivindicações dos servidores da base da federação.

A reunião teve início com apresentação do novo diretor de Relações do Trabalho, Cleber Izzo, que colocou sua intenção à frente da Secretaria, citando as diversas audiências sem nenhum retorno objetivo para as entidades sindicais representativas de servidores/as públicos/as dos diversos órgãos da administração federal. Cleber Izzo ressaltou ainda que se surpreendeu com a quantidade de carreiras que compõem atualmente o quadro de pessoal do funcionalismo federal: mais de trezentas.

O diretor da Deret informou que a Gestão de Pessoas é composta de sete diretorias e quatro novos diretores e três da carreira, mencionando sua trajetória profissional anterior,

em especial no setor privado, sua área de atuação prévia. Após sua exposição inicial, abriu a fala para as representações da FENASPS se apresentarem.

Em seguida, os representantes entraram na discussão das demandas constantes da pauta de reivindicações dos trabalhadores do Seguro e da Seguridade Social. Veja nos tópicos abaixo:

- **Comitê Gestor:**

Os Comitês Gestores das carreiras do Seguro (INSS) e da Seguridade Social (CPST) estão garantidos nos acordos de Greve assinado em 2015, pelas entidades e pelo então Ministério do Planejamento.

A Fenasps reafirmou a necessidade da instalação imediata desses comitês, tendo em vista que implica diretamente em descumprimento de acordos de Greve 2015, lembrando que, no caso da Carreira do Seguro Social (INSS), há previsão legal na [Lei nº 13.324, de 2016](#), em seu artigo 21-B, e no caso da carreira da Seguridade Social (Previdência, Trabalho e Saúde) [consignado em acordo de greve](#).

Segundo informações repassadas pelo ex-secretário de Gestão de Pessoas do então Ministério do Planejamento (SGP/MPDG), Augusto Akira Chiba, e outras que circulam internamente no Governo, existe uma comissão discutindo um novo formato de reestruturação de carreiras, enxugamento de cargos, com objetivo de absorver as contribuições adquiridas durante esse tempo. Cleber foi enfático em afirmar que a proposta do Grupo de Trabalho é buscar a isonomia entre as categorias de salários, de oportunidade de capacitação, criação de gratificações de desempenho e de titulação.

A partir desse estudo o governo vai avaliar qual a necessidade de implantação de Comitê para discussão e transformações do mundo do trabalho na era digital.



- **Insalubridade/SIASS:**

Apesar dos assuntos terem ligação, já que o adicional de insalubridade é pago àqueles trabalhadores/as em pecúnia por seu trabalho causar dano a saúde do servidor, nesse tema o coordenador Borges informou que o Serviço Público não dispõe de profissionais qualificados para elaboração de todos laudos técnicos e ainda contam com a dificuldade do órgão também não contar com profissionais para execução dessa tarefa, prejudicando assim os/as servidores/as em sua remuneração com a falta do pagamento do adicional de

insalubridade. A Gestão de Pessoas do Ministério da Economia (ME) ficou de conversar internamente para buscar alternativas para o problema.

Borges informou também que existem no Brasil 159 polos de atendimento ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e que os médicos peritos do INSS não estão mais lotados na autarquia, pertencendo atualmente ao Ministério da Economia.

Em relação à garantia de contagem de tempo de serviço em condições especiais (insalubridade) em período anterior a 1990, para ao qual já existe sentença judicial favorável aos trabalhadores, garantindo a contagem desse tempo, a solicitação da FENASPS é que esse tempo seja contabilizado com maior brevidade possível e locais de trabalho onde não possuem laudo técnico que o pagamento seja mantido, pois a ausência dos laudos não são de responsabilidade do/a trabalhador/a.

Ainda segundo Borges, a determinação do Ministério da Economia é para suspensão do pagamento de todos/as os/as trabalhadores/as que realizam suas funções em locais que por ventura não possuem laudo técnico. O Ministério da Economia está aguardando conclusão de laudo sobre tema.

Os representantes da Fenasps reiteraram a avaliação de que a atitude da Perícia Médica Federal está causando inúmeros prejuízos aos/as servidores/as e que a gestão deveria encontrar soluções imediatas para a questão. Os/as trabalhadores/as não podem ficar à mercê dos desmandos de quem quer que seja, nem tampouco serem usados/as como moeda de troca para barganhas.

- **Compensação dos dias parados da Greve de 2009 e 2015:**

Segundo informação da SGP/ME, os órgãos que encaminharam a compensação das horas dos/as servidores/as, as mesmas já foram compensadas. Já para aqueles que por ventura possuem pendências em relação aos dias parados da Greve de 2015, os servidores terão que procurar os seus setores de Gestão de Pessoas para fazer levantamento dos dias parados. Os representantes da Fenasps solicitaram o mesmo tratamento dispensado aos médicos peritos, uma vez que os serviços dos dias paralisados já foram repostos.

Sobre a greve de 2009, os representantes da Secretaria de Gestão de Pessoas apontaram desconhecimento e solicitam o envio de informações a respeito, ao que a Fenasps os informou que existe uma Nota Técnica, elaborada à época pelos gestores do INSS, que apresenta uma planilha na qual é demonstrado que os serviços do período da greve de 2009 já foram colocados em dia no ano de 2010.

- **Períodos das Greves Gerais de 2017 e 2019:**

No caso dos três dias paralisados em 2017 e em 2019, os representantes da Secretaria de Gestão de Pessoas ponderaram que o motivo do não reconhecimento do código de greve se deu em virtude de não considerar, pelos ofícios emitidos, que se tratava pautas da categoria e sim pautas gerais, desvinculadas de campanhas salariais.

Argumentamos que ocorreu falta de entendimento, visto que as campanhas salariais estão vinculadas às pautas gerais. Posto isso, os representantes da Secretaria de Gestão de Pessoas ficaram de rever a questão e dar retorno posterior.

- **Adicional de Qualificação:**

Retomamos a questão da necessidade de estabelecer uma política de adicional de qualificação. Por exemplo, no caso do INSS, em determinados momentos os/as servidores/as foram estimulados/as em investir em seus estudos com promessa de adicional de qualificação, fato que gerou neles/as grande expectativa. Destacamos que uma política de adicional de qualificação é fundamental para reconhecimento dos esforços efetivados pelos servidores em seus estudos para seu desenvolvimento profissional e consequente contribuindo para a instituição, o Estado e a sociedade.

Os representantes da Secretaria de Gestão de Pessoas informaram que no presente esse ponto está em estudo e não há previsão para sua efetivação.

- **Aposentados e Aposentadas:**

Diante das dificuldades colocadas pela FENASPS sobre a centralização da folha de pagamento dos aposentados no Ministério da Economia, [conforme divulgado no site da Fenasps](#), o diretor da Deret informou que, apesar da folha de pagamento de todos/as os/as aposentados/as estar centralizada no ME, os gestores do ministérios estão estudando a viabilidade de enviar, mesmo que de forma digital, seus contracheques, adiantando que a carteira funcional do/a servidor/a será de forma digital.

- **GEAP/Capesaúde:**

A Direção da FENASPS mais uma vez cobrou do Ministério da Economia o aumento dos valores do per capita patronal, isto é, os aportes feitos pelo governo, para assistência à saúde dos/as servidores/as e seus familiares. No caso da GEAP, apesar de o governo controlar a gestão no seu Conselho de Administração (Conad), os/as trabalhadores/as são responsáveis por quase 85% do custeio dos planos de saúde. A Fenasps, em [reunião do Fonasefe com a Deret, realizada em junho](#), já havia solicitado o aumento do per capita patronal, se possível para garantir a paridade: 50% para o governo, 50% para os/as beneficiários/as da GEAP.

O Ministério da Economia ficou de apresentar uma posição sobre essa demanda na próxima reunião com a Federação.



- **Concurso Público:**

Sobre essa pauta, o diretor da pasta informou que estão estudando as diversas formas de contratação e os reflexos da mesma no desempenho das funções do trabalhador. A Fenasps questionou os diversos contratos existentes hoje na saúde, principalmente as Organizações Sociais, nas quais quem executa é o trabalhador que recebe o menor salário, sem continuidade do trabalho.

Os demais questionamentos feitos pela Fenasps serão respondidos pelo Departamento de Relações de Trabalho do Ministério da Economia em uma próxima reunião que ainda será agendada entre as duas partes.

Brasília, 17 de julho de 2019

Plantão da Diretoria Colegiada da *FENASPS*